



**Dr. Santiago Canton**

Secretário Executivo

Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH

1889 F Street, NW,

Washington DC, 20006

EUA

Por Fax: 001-202-458-3992

Email: cidhoea@oas.org

São Paulo, 18 de abril de 2011.

**Estimado Sr. Cantón,**

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) vem por meio desta manifestar o nosso apoio irrestrito à decisão de data do 1 de abril de 2011 feita por esta Honorable Comissão garantindo as medidas cautelares (MC-382-10) em prol das comunidades tradicionais gravemente ameaçadas pela construção do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, no estado do Pará, Brasil.

Apesar das reações abruptas do governo brasileiro com a referida decisão, a sociedade civil tem aclamado e apoiado a decisão da Comissão Interamericana, considerando que o Brasil é signatário dos tratados internacionais debaixo dos quais assumiu o compromisso de respeitar os direitos humanos de todas as pessoas em seu território.

Conforme demonstrado na resolução de medidas cautelares, além de vários informes de equipes técnicas do governo federal, de científicos, do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH),<sup>1</sup> existem evidências abundantes que comprovam, de forma irrefutável, que o planejamento e licenciamento do Complexo Belo Monte têm envolvido sérios atos de descumprimento da legislação brasileira e de acordos internacionais referentes ao consentimento prévio livre e informado, aos direitos humanos e à proteção do meio ambiente.

---

<sup>1</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-13/conselho-de-direitos-humanos-aponta-ausencia-absoluta-do-estado-em-belo-monte>

Caso o empreendimento venha a ser construído, esta situação certamente resultará em irremediáveis violações aos direitos de comunidades indígenas e outras populações locais ameaçadas, inclusive grupos indígenas que vivem em isolamento voluntário.

Uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal no último 7 de abril, em Belém, Pará,<sup>2</sup> aprovou um manifesto em apoio à vossa decisão de solicitar ao governo brasileiro a suspensão imediata do processo de licenciamento da obra em função do potencial prejuízo que a construção da usina poderá trazer aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu.

A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e anti-sexista, que congrega 250 organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia.

Considerando a gravidade deste assunto, gostaríamos de deixar expresso e claro que o governo brasileiro tem ignorado e desrespeitado a vontade das comunidades e do conjunto da sociedade brasileira, a qual reconhece a gravidade dos impactos e violações que a obra de Belo Monte acarretariam e também reconhecem a importância de que os afetados sejam devidamente consultados. Assim, expressamos nossa própria “perplexidade” frente à postura do Estado Brasileiro neste momento crítico e compartilamos nosso completo apoio à decisão de suspender imediatamente as obras e o processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

Agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

**Direção Executiva Colegiada da ABONG**

Associação Brasileira de ONGs - ABONG  
Rua General Jardim, 660 7º, CEP 01223-010  
Tel.: 55 (11) 3237-2122  
Email: [abong@abong.org.br](mailto:abong@abong.org.br)  
Web: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

---

<sup>2</sup> <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/13/audiencia-publica-aprova-manifesto-em-apoio-a-oea/>